

## Setembro: renováveis asseguraram a maior fatia da eletricidade produzida em Portugal

- Em setembro, 67,8% da eletricidade em Portugal Continental teve origem em fontes renováveis (2 476 GWh);
- A produção elétrica nacional aumentou 21,0% face a setembro de 2024, impulsionada sobretudo pela energia solar (+152 GWh);
- Portugal mantém-se como o 4.º país europeu com maior incorporação renovável no acumulado do ano, com 76,0%;
- As renováveis já permitiram uma poupança acumulada de 5 874 milhões de euros no mercado grossista de eletricidade.

**Lisboa, 15 de outubro de 2025** – O [Boletim Eletricidade Renovável](#) elaborado pela [Associação Portuguesa de Energias Renováveis \(APREN\)](#), revela que, entre 1 e 30 de setembro de 2025, 67,8% da eletricidade produzida em Portugal Continental teve origem em fontes renováveis, o que corresponde a 2 476 GWh do total de 3 654 GWh gerados no período.

Face ao mesmo mês de 2024, registou-se um aumento de 21,0% na produção elétrica nacional, impulsionado, sobretudo, pela produção solar, que aumentou 152 GWh. Durante o mês, as importações representaram 26,3% do consumo elétrico em Portugal Continental, sem que se tenham registado situações de deslastre de produção.

No acumulado de janeiro a setembro, Portugal manteve uma das mais elevadas quotas de incorporação renovável na Europa (76,0%), posicionando-se como o 4.º país europeu com maior peso das renováveis na geração elétrica, apenas atrás da Noruega (97,7%), Dinamarca (88,3%) e Áustria (83,0%).

Entre janeiro e setembro, o preço médio horário registado no Mercado Ibérico de Eletricidade (MIBEL) foi de 64,0 €/MWh, e 1 261 horas não consecutivas tiveram produção renovável suficiente para suprir integralmente o consumo nacional. Neste mesmo período, o contributo das energias renováveis traduziu-se numa poupança acumulada de 5 874 milhões de euros, correspondente a uma média de 155 €/MWh, resultante da produção em regime especial (PRE).

Em setembro, a incorporação renovável permitiu ainda evitar mais de 60 milhões de euros em gás natural importado e cerca de 30 milhões de euros em eletricidade importada.

Para a APREN os dados deste mês mostram que as renováveis continuam a ser o principal motor da competitividade e da independência energética de Portugal. No entanto, medidas como a manutenção da CESE e outros encargos fiscais sobre o setor são um contrassenso face às metas de descarbonização e às orientações europeias. É necessário um quadro fiscal e regulatório que dê estabilidade e confiança aos investidores, para que Portugal possa acelerar a

transição energética e garantir energia mais barata para famílias e empresas.

A APREN reforça ainda que o setor das energias renováveis já contribui de forma significativa para as finanças públicas e para os municípios, através de diversos mecanismos, incluindo o financiamento da tarifa social e a entrega de 2,5% da faturação anual dos parques eólicos às autarquias.

Desde 2015, a capacidade instalada de produção renovável em Portugal aumentou 9 141 MW, o que representa um crescimento de 74,4%. Entre dezembro de 2024 e agosto de 2025, o aumento foi de 647 MW, com destaque para o reforço da energia solar fotovoltaica — +334 MW na componente centralizada e +309 MW na descentralizada. No final de agosto, as renováveis representavam 78,6% da capacidade total instalada.

O boletim completo encontra-se disponível no seguinte [link](#).

**Sobre a APREN:**



A Associação Portuguesa de Energias Renováveis (APREN) é uma associação sem fins lucrativos, constituída em outubro de 1988, com a missão de coordenação e representação dos interesses comuns dos seus Associados na promoção das Energias Renováveis no setor da eletricidade.

A APREN desenvolve trabalho em conjunto com organismos oficiais e outras entidades congéneres, a nível nacional e internacional, constituindo um instrumento de participação nas políticas energética e ambiental através do aproveitamento e valorização dos recursos naturais para produções de eletricidade, nomeadamente nos domínios hídricos, eólico, solar, geotérmico, da biomassa, do biogás e dos resíduos sólidos urbanos.